

(Em euros)

Entidade decisora	Entidade beneficiária	Montante
MCALHDR	Cacém POLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS no Cacém, S. A.	1 046 535
MCALHDR	Guarda POLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS na Guarda, S. A.	1 386 000
MCALHDR	Tomar POLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS em Tomar, S. A.	438 550
MCALHDR	Setúbal POLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS em Setúbal, S. A.	315 012
	<i>Total</i>	4 152 181

6 de Janeiro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 2299/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 3 de Janeiro de 2005, por urgente conveniência de serviço:

Maria João Martins Evangelista, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IPAMB — nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, técnica profissional de 1.ª classe, escalão 1, índice 222, do quadro de pessoal da ex-DGA, após confirmação de cabimento por parte da Direcção-Geral do Orçamento, considerando-se exonerada do lugar anterior à data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 2300/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da minha competência própria emanada do estatuto do pessoal dirigente e nos termos do disposto no artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio a licenciada Otilia da Graça Barreiros Martins para exercer, por urgente conveniência de serviço e em regime de substituição, o cargo de director de serviços Administrativos e Financeiros.

A presente nomeação, em regime de substituição, fundamenta-se na experiência profissional da nomeada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2005.

17 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

Otilia da Graça Barreiros Martins, natural de Lisboa (4 de Outubro de 1953).

I — Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

II — Formação profissional complementar:

Estágio da advocacia;
Gestão de recursos humanos — INA;
A aplicação do Código do Procedimento Administrativo;
O Código do Procedimento Administrativo;
O regime jurídico das despesas públicas;
Contencioso administrativo — INA;
Controlo de gestão por resultados — INA;
Métodos interactivos em planeamento e gestão — INA;
Mediação — INA;
Organizações internacionais — INA;
Formação pedagógica de formadores — INA;
Contencioso comunitário — INA;
Direito comunitário — INA;
Gestão das zonas costeiras — operacionalidade dos instrumentos de licenciamento — Universidade de Aveiro;
1.º curso Direito do Ambiente — Universidade Católica de Lisboa.

III — Actividade profissional desenvolvida na Administração Pública — integrada na carreira técnica superior do quadro de pessoal do ICN, desde 1987, exercendo as funções de jurista, destacando-se as seguintes:

Assessoria jurídica à vice-presidente e à Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (Setembro de 1987 a Maio de 1993);

Coordenação do sector jurídico (1989 a 1993) de apoio à presidência e Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros; Assessora da presidência do ICN (Maio de 1998 a Junho de 2000);

Chefe do Gabinete de Apoio Jurídico do ICN (desde Junho de 2000), equiparada a chefe de divisão, nomeada por despacho de 8 de Junho de 2000 do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, na sequência de concurso;

Monitória de acções de formação a vigilantes da natureza;

Coordenadora de estágios profissionais de licenciados em direito.

Despacho n.º 2301/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências do conselho administrativo.* — Tendo em atenção o disposto no n.º 8 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio, o conselho administrativo delega no seu presidente, Prof. Doutor João Carlos Rosmaninho de Menezes, a competência para o pagamento das despesas e arrecadação das receitas autorizadas nos termos legais, com poderes de subdelegação nos funcionários com cargos dirigentes. O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

3 de Janeiro de 2005. — O Conselho Administrativo: *João C. Rosmaninho de Menezes*, presidente — *João Manuel Silva Alves*, vice-presidente — *Otilia da Graça Barreiros Martins*, directora dos Serviços Administrativos e Financeiros.

Despacho n.º 2302/2005 (2.ª série). — *Delegação e subdelegação de competências no director de serviços Administrativos e Financeiros e dirigentes das áreas protegidas.* — Os dirigentes das áreas protegidas assim como o director de serviços Administrativos e Financeiros do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) têm competências legalmente conferidas para o desempenho das suas funções ao nível do funcionamento e de gestão do pessoal, que resulta do estatuto do pessoal dirigente, designadamente as constantes no mapa II anexo à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

Acresce ainda que aos dirigentes das áreas protegidas ainda lhe são atribuídas competências ao nível de gestão das mesmas pelo respectivo diploma legal de criação.

Atendendo à complexidade de gestão dos Serviços Centrais do ICN assim como à das áreas protegidas, torna-se necessário e conveniente reunir os seus dirigentes de competências não previstas na legislação referida, designadamente em matéria financeira, pelo que comporta delegar e subdelegar algumas competências nesta matéria.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo da minha competência própria emanada da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e da competência delegada pelo despacho n.º 1/CAdm/2005 do conselho administrativo, delego e subdelego nos seguintes dirigentes:

Serviços Centrais:

Directora de serviços Administrativos e Financeiros, Dr.ª Otilia da Graça Barreiros Martins;

Áreas protegidas:

Director do Parque Nacional de Peneda-Gerês, engenheiro Luís Manuel de Figueiredo Duarte de Macedo;

Director do Parque Natural do Alvão, engenheiro Henrique Fernando Moreira Soares Pereira;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural da Arrábida e responsável pela gestão da Reserva Natural do Estuário do Sado, arquitecta Maria Madalena Sampaio Lourenço;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Douro Internacional, Dr. Victor Manuel Parreira Batista;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Montesinho, engenheiro Jorge Manuel Martins Dias;

Director do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, engenheiro Paulo Renato Faleiro Silva;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural da Serra da Estrela, engenheiro Fernando Manuel Gomes de Matos;

Director do Parque Natural da Serra de São Mamede, mestre Maria Filomena Monteiro Morgado;

Director do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, arquitecta Maria João Marques Pacheco Botelho;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais, Dr. Carlos Alberto Marcelino de Albuquerque;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, Dr. João António Serranito Nunes;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Vale do Guadiana, engenheira Ana Gambôa Zuquete;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Berlengas, Dr. António Manuel de Almeida Perquilhas Teixeira;

Director da Reserva Natural do Estuário do Tejo, arquitecto José Manuel Carvalho de Vasconcelos;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural de Paul de Arzila e da Paisagem Protegida da Serra do Açor, Dr. Manuel Ferreira dos Santos;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural do Paul de Boquilobo, arquitecta Maria João Marques Pacheco Botelho;

Presidente da comissão instaladora da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, engenheiro Ricardo Jorge da Silva Oliveira Guerreiro;

Director da Área Protegida do Litoral de Esposende, Dr. Duarte José Faria Vilar de Figueiredo;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Tejo Internacional, engenheira Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural da Serra da Malcata, Dr. Pedro Bernardo Marques Silva Rodrigues Sarmiento;

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, arquitecta Ana Maria Ribeiro Alves Rodrigues Vidal;

Presidente da comissão directiva da reserva natural das Dunas de São Jacinto, mestre Carlos Emanuel Domingos do Rosário Ângelo;

as competências para:

1:

- a) Proceder ao pagamento das despesas e arrecadação de receitas desde que devidamente autorizadas nos termos legais;
- b) Visar os boletins de itinerários dos funcionários de si dependentes;
- c) Autorizar requisições de combustível e gerir as viaturas afectas às suas áreas ou unidades orgânicas;
- d) Gerir os equipamentos afectos às respectivas unidades orgânicas;
- e) Autorizar dispensas em casos que se justifiquem, desde que enquadradas na legislação em vigor;
- f) Visar as folhas de presença e autorizar faltas até ao limite previsto na lei;
- g) Assinar correspondência específica e de rotina dos seus sectores, excepto a que se destina a altos funcionários do Estado, conselhos de administração de empresas públicas e de capital público, órgãos de comunicação social, gabinetes governamentais e a presidentes de câmaras municipais desde que envolvam posições institucionais do ICN.

2 — Os subdelegados não podem delegar a competência que lhes foi subdelegada ao abrigo da alínea a) do número anterior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

5 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Despacho (extracto) n.º 2303/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Dezembro de 2004:

Sérgio Romeu Farinha Miranda Ferreira, motorista do quadro de pessoal da secretaria-geral das Varas e Juízos Cíveis do Porto, posicionado no escalão 2, índice 151 — nomeado motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Guimarães, pas-

sando a auferir pelo mesmo escalão e índice. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

30 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Lázaro Martins de Faria*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 2304/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Janeiro de 2005, determino que, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com a alínea b) do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, seja retirada da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, a candidata Maria Teresa de Almeida Abreu Martins, por não ter comparecido para aceitação do lugar de assistente administrativo especialista, no quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa.

10 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *Manuel Augusto Moutinho da Silva Pereira*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rectificação n.º 162/2005. — Por ter saído com inexactidão a deliberação (extracto) n.º 493/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê «2 — Delegar competências no Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e nos presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa, do Tribunal da Relação do Porto, do Tribunal da Relação de Coimbra, do Tribunal da Relação de Évora e do Tribunal da Relação de Guimarães para a prática dos actos relativos a licenças, faltas e férias e para fixar o número e composição das sessões dos respectivos tribunais» deve ler-se «2 — Delegar competências nos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal da Relação de Lisboa, do Tribunal da Relação do Porto, do Tribunal da Relação de Coimbra, do Tribunal da Relação de Évora e do Tribunal da Relação de Guimarães para a prática dos actos relativos a licenças, faltas e férias e para fixar o número e composição das secções dos respectivos tribunais».

17 de Janeiro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Anúncio n.º 16/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleito presidente do Tribunal Central Administrativo Norte o licenciado Lino José Baptista Rodrigues Ribeiro, juiz desembargador deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torráo*.

Anúncio n.º 17/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleita vice-presidente da Secção do Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte a licenciada Maria Isabel São Pedro Soeiro, juíza desembargadora deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torráo*.

Anúncio n.º 18/2005 (2.ª série). — Pelo presente anúncio faz-se constar que, por eleição realizada em 13 de Janeiro de 2005, foi eleito vice-presidente da Secção do Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte o licenciado José Maria Fonseca de Carvalho, juiz desembargador deste Tribunal (artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *João António Valente Torráo*.